

Gerardo Magela



## Senado pode integrar rede de informação legislativa

Página 8

Sarney (entre Heitor Gurgulino e Caio Túlio Costa) ouve a proposta da professora da Universidade de Harvard

# Plenário deverá votar quatro MPs. Mínimo entra em debate

Com quatro medidas provisórias na pauta, o Senado já se prepara para votar mais uma: a que fixa o salário mínimo em R\$ 260. Ontem, os senadores José Agripino e Eduardo Siqueira Campos advertiram o governo: o valor de R\$ 260 não passa no Senado. O tema foi também debatido por Paulo Paim e Almeida Lima

Páginas 3 e 5

## Palocci conversa hoje com senadores da base governista

Página 5

### LDO já tem 2.525 emendas

Garibaldi Alves Filho, relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias, terá que analisar 2.525 emendas antes de apresentar seu relatório no dia 17.

Página 7

### Conselho discute agência reguladora para comunicação

Integrantes do Conselho de Comunicação Social fazem avaliação crítica do papel do órgão. Conselheiro Alberto Dines sugere início dos debates para criação de uma agência reguladora da área.

Página 8



**DECISÃO** No Plenário, Heloísa conversa sobre o novo partido com os senadores Eduardo Siqueira Campos, Paulo Elifas e Paulo Paim

## Heloísa anuncia o Partido do Sol

Página 4



**PROJETO** Conselho de Comunicação analisa também a regulamentação da TV a cabo



**PRIORIDADE** João Batista Motta sugere a criação de câmara de gestão para portos e estradas

## Motta cobra investimentos para dinamizar exportações

O senador João Batista Motta (PMDB-ES) reivindicou do governo mais investimentos em portos e estradas, para dinamizar as exportações. Motta ressaltou que R\$ 2 bilhões seriam suficientes para dragar o porto de Vitória, permitindo que navios maiores possam utilizá-lo.

Segundo ele, atualmente 56% dos navios que movimentam contêineres não podem usar o porto de Vitória. Motta lembrou que, em recente visita ao estado, o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, prometeu liberar R\$ 7 bilhões para recuperação de estradas de acesso às estruturas portuárias e R\$ 2 bilhões para a dragagem do porto.

– Vou torcer para que tudo isso aconteça. Sugiro a criação de uma câmara de gestão para portos e estradas, dando às exportações a prioridade que governo e empresas consideram relevante – observou.

Em aparte, o senador Alberto Silva (PMDB-PI) aplaudiu a idéia e ressaltou que somente uma concentração de esforços pode resolver o problema.

# Agenda

## Medida provisória sobre a Cide continua trancando a pauta

Os senadores retomam hoje, em sessão marcada para as 14h30, a análise dos projetos de conversão e medidas provisórias que trancam a pauta do Plenário, por terem prioridade de votação sobre as outras matérias. O primeiro item a ser votado (PLV

35/04) autoriza a antecipação de recursos arrecadados pela Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), imposto cobrado sobre a importação e venda de petróleo, gás natural, álcool combustível e seus derivados.

## Sarney participa de evento sobre desenvolvimento sustentável

O presidente do Senado, José Sarney, participa hoje da solenidade de abertura do seminário Desenvolvimento Sustentável da Infra-Estrutura, às 9h, no Blue Tree Park, em Brasília. Promovido pela Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústrias

de Base, o evento inicia com painel que discute as visões do Executivo e Legislativo. Estarão presentes também o presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, e o ministro da Casa Civil, José Dirceu.

## Orçamento ouve secretário do Tesouro

O secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Vieira Ferreira Levy (foto), participa de audiência pública na Comissão Mista de Orçamento (CMO), que se reúne hoje, às 14h30. O secretário fala sobre a avaliação do cumprimento das metas fiscais relativas ao primeiro quadrimestre de 2004.



## Garantias de privacidade para usuários da Internet



A Comissão de Educação (CE) vota hoje projeto que pretende garantir a privacidade dos usuários da Internet (PLS 87/04). O texto do senador Tião Viana (PT-AC) prevê dispositivos para impedir a instalação de programas acessórios que registram os hábitos de navegação dos usuários, conhecidos como *spywares*, sem o consentimento do internauta.

## CPI do Desmanche realiza audiência pública

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Desmanche realiza hoje, a partir das 17h, audiência pública com promotores públicos do Grupo de Atuação de Combate ao Crime Organizado (Gaeco). No mesmo horário, a Comissão Externa da Demarcação de Terras Indígenas discute o relatório parcial sobre Mato Grosso do Sul.



## Parceria público-privada

Em discussão na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que se reúne hoje às 10h, projeto que estabelece regras para contratação de parceria público-privada (PLC 10/04). A CAE vota ainda proposta que obriga a divulgação de informações sobre a execução orçamentária da União, dos estados e dos municípios (PLS 130/03).

## Pedofilia na Internet

A pedofilia na Internet é tema de debate na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Exploração Sexual, que se reúne hoje às 13h30. A audiência pública conta com a presença dos representantes da organização não-governamental Censura e da Empresa de Serviço e Suporte à Informática Netfilter.

**A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)**



**CRÉDITO** Produtores terão recursos para recompor áreas desmatadas, informa Elifas

## Elifas: acordo beneficia agricultores de Rondônia

O senador Paulo Elifas (PMDB-RO) comunicou em Plenário que acordo assinado entre o Ministério do Meio Ambiente e o governo de Rondônia pode pôr fim a um drama enfrentado por milhares de agricultores do estado, que desmataram áreas além do limite permitido pela legislação federal. O acordo possibilitará o repasse de recursos para que os agricultores, em até 30 anos, possam elevar o percentual de área preservada, chegando aos 80% exigidos pela União.

Elifas destacou que não se pode culpar os agricultores pelas irregularidades nas áreas desmatadas, a maioria em assentamentos de reforma agrária implantados nos anos 70. O problema, observou, se deve a conflito entre a legislação estadual, que determina a preservação de 20% a 40% da área da propriedade, e a medida provisória, editada em 2002, que prevê percentual de até 80%.

### Venda de terra

Conforme o senador, desde que foi editada a MP 2.166/02, os agricultores que desmataram mais que o permitido não conseguem financiamento bancário. A situação deles é tão crítica, salientou, que teve início um processo de venda maciça das terras. O resultado foi a implantação de latifúndios em região modelo de reforma agrária.

– É uma pequena vitória para os agricultores de Rondônia – afirmou o senador. Elifas informou que parte das áreas irregulares será agora reconhecida, inclusive para efeito de crédito rural. Ele também ressaltou que a bancada do estado continua lutando para que o zoneamento socioeconômico-ecológico, feito por lei estadual, seja aceito pela União.

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Paulo Paim  
**2º Vice-Presidente:** Eduardo Siqueira Campos  
**1º Secretário:** Romeu Tuma  
**2º Secretário:** Alberto Silva  
**3º Secretário:** Heráclito Fortes  
**4º Secretário:** Sérgio Zambiasi  
**Suplentes de Secretário:** João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade  
**Especial Cidadania:** Treici Schwengber (61) 311-1620  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de Imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
**Arquivo Fotográfico:** Elida Costa (61) 311-3332  
**Circulação e Atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333  
**Agência Senado**  
**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

## Usuário de computador pode ter mais proteção

A Comissão de Educação (CE) reúne-se hoje de manhã para examinar, entre cinco matérias, projeto do senador Tião Viana (PT-AC) que garante ao usuário de programas de computador o direito de conhecer e autorizar ou não a instalação de *softwares* acessórios ou paralelos ao aplicativo principal. O objetivo, de acordo com o autor, é evitar a vulnerabilidade e o risco de espionagem eletrônica a que fica sujeito o usuário quando essas instalações ocorrem automaticamente.

Pela proposta (PLS 87/04), o usuário deverá saber, antecipadamente, a finalidade do programa. Também considera crime de falsidade ideológica a instalação "dissimulada" de aplicativos sem autorização. O

projeto, relatado pelo senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), não é terminativo na CE e será ainda apreciado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Outro item da pauta é o projeto da Câmara (PLC 29/04) que institui, em 13 de dezembro, o Dia Nacional do Forró, data escolhida em homenagem ao nascimento do músico, compositor e sanfoneiro Luiz Gonzaga (1912-1989), tido como o maior disseminador desse estilo musical pelo país.

Os senadores da comissão também devem decidir se aprovam projetos da Câmara que prestam homenagem ao presidente Juscelino Kubitschek (7/04) e ao geógrafo Milton Santos (13/03).

## CAE deve votar projeto que cria a parceria público-privada

O projeto de lei da Câmara (PLC 10/04) que estabelece normas para licitação e contratação de parcerias público-privadas (PPPs), no âmbito da União, estados e municípios, pode ser votado hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A proposta vem sendo apontada pelo governo como essencial à realização de investimentos para a recuperação da infra-estrutura do país.

De acordo com o projeto, ao qual já foi concedida vista coletiva na última reunião da CAE, deverão ser seguidos nos contratos de parceria – cujos prazos serão de 5 a 45 anos – princípios como eficiência no emprego dos recursos da sociedade, responsabilidade fiscal, transparência nos procedimentos e decisões, sustentabilidade financeira e vantagens socioeconômicas.

O texto é um substitutivo elaborado pelo relator da matéria, senador Valdir Raupp (PMDB-RO). Caso seja aprovado pela CAE, será ainda examinado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) antes de ir ao Plenário. Se forem confirmadas as modificações no texto proveniente da Câmara, o projeto retornará à análise dos deputados.

### Cade

Também será analisada pela



Gerardo Magela

**TRAMITAÇÃO** Raupp é relator da proposta, que passará ainda pela CCJ e Plenário

comissão a mensagem presidencial de indicação de Luis Fernando Rigato Vasconcellos para o cargo de conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). A mensagem recebeu parecer favorável da relatora, senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), e será apreciada em votação secreta.

A pauta da CAE inclui ainda nove outros itens, entre os quais três de caráter não-terminativo: o projeto de lei (PL 336/03) do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) que dispõe sobre as cooperativas de crédito; o projeto de lei (PL 213/03) de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS) que institui o Estatuto da Igualdade Racial; e o projeto de lei (PL 130/03) do senador João Capiberibe (PSB-AP) sobre a divulgação, na Internet, de informações sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

# MP que antecipa a Cide está na pauta do Plenário

■ Quatro medidas provisórias precisam ser votadas pelos senadores para liberar a ordem do dia

Os senadores terão de votar hoje uma medida provisória (MP) e três projetos de lei de conversão (PLV) para liberar a pauta. O primeiro PLV a ser analisado, de número 35/04 e decorrente da Medida Provisória (MP) 178/04, autoriza a antecipação da transferência de recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) a estados e ao Distrito Federal para reparação da malha viária danificada por chuvas e inundações.

Também está sobrestando a pauta o PLV 36/04, proveniente da MP 179/04, que trata da conta corrente de depósito para investimento. O Plenário deverá votar ainda a MP 180/04, que abre crédito extraordinário em favor do Banco do Brasil. O último PLV, número 37/04 e decorrente da MP 181/04, autoriza a Eletrobrás a efetuar capitalização com a Companhia Energética do Maranhão (Cemar).

Se a ordem do dia for liberada, poderão ser votados o projeto de lei do Senado (PLS 221/



Roosevelt Pinheiro

**DECISÃO** Mais de 140 matérias estão prontas para serem examinadas pelos senadores, entre elas o novo valor do salário mínimo

03), do senador César Borges (PFL-BA), que trata da participação das Forças Armadas no combate ao crime organizado; o projeto de decreto legislativo (PDS 527/03) que escolhe o nome do senador Luiz Otávio (PMDB-PA) para o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU); o projeto de lei da Câmara (PLC 108/03) que trata da distribuição de recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM); e o projeto de decreto legislativo (PDL 392/04) que traz o acordo para programa de recuperação ambiental da Baixada Santista, que conta com financiamento do Japan Bank for International Corporation.

Está na ordem do dia também o requerimento (507/04)

da Comissão de Educação (CE) para obter informações do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, sobre possível financiamento à empresa de telefonia celular Claro, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Outros três requerimentos, todos dirigidos ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, estão na ordem do dia: um do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) – 1.139/03, outro da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) – 553/04 e o terceiro do senador Romeu Tuma (PFL-SP) – 18/04.

Outras 140 proposições estão prontas para votação, entre elas a MP do novo salário mínimo.

## Tebet quer acordo para liberar votações

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) fez apelo aos líderes partidários no sentido de que busquem entendimento para votar as quatro medidas provisórias (MPs) que estão trancando a pauta do Plenário. Segundo disse, a desobstrução é necessária para que a Casa delibere sobre matérias importantes e que precisam ser apreciadas com urgência, como a proposta de emenda constitucional (PEC), já aprovada na Câmara, que reduz o número de vereadores em todo o país (PEC 55/01).

Se a PEC não for votada logo, explicou, o corte no número de vagas para as câmaras municipais será de 8.528 cadeiras, conforme resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em fevereiro deste ano. Acolhida a proposta, o número de vereadores passará dos atuais 60.276 para 55.214, uma redução de



Moreira Mariz

**URGÊNCIA** Tebet lembra que decisão sobre número de vereadores não pode demorar

5.062 vagas.

– É preciso esclarecer que, se essa PEC for aprovada, vai gerar economia estimada em R\$ 430 milhões por ano. Se houvesse um aumento de despesa, eu não estaria aqui nessa tribuna fazendo apelo aos líderes para aprovação da matéria.

Além da economia, essa PEC faz justiça à representação dos municípios – afirmou Tebet.

### Convenção

Na avaliação do parlamentar, mesmo que o Senado não aprove a proposta os partidos não serão prejudicados. Ele comentou que as legendas poderão realizar convenção este mês baseada na resolução do TSE e repassar para a respectiva Executiva o poder de completar o número de vereadores caso a PEC seja acolhida posteriormente.

Em aparte, o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) solidarizou-se com o pronunciamento de Tebet e lembrou que ele próprio já fez apelo semelhante na semana passada. O senador potiguar propôs esforço concentrado para que várias matérias urgentes sejam aprovadas antes do recesso parlamentar de julho.



Roosevelt Pinheiro

**ESTRATÉGIA** Heloísa diz que novo partido visa atender demandas dos excluídos

## Heloísa Helena anuncia lançamento do Partido do Sol

Ao lado dos deputados Luciana Genro (RS) e João Batista Babá (PA), a senadora Heloísa Helena (AL) anunciou ontem o lançamento de uma legenda destinada a representar a esquerda socialista brasileira e que se chamará Partido do Socialismo e da Liberdade (PSOL), ou Partido do Sol, como a parlamentar a ele se referiu durante toda a entrevista.

Diante dos pôsteres de Che Guevara e Carlos Marighella, a senadora disse que o grupo que lançou a agremiação se sentia na obrigação de criar a nova estrutura partidária, com o objetivo de construir um projeto estratégico capaz de atender às demandas históricas dos excluídos do país. Ela anunciou o início de uma luta para agregar filiados à agremiação, mas ressaltou que ninguém está lutando para formar uma bancada no Congresso.

Indagada se será candidata a presidente da República na próxima eleição presidencial, Heloísa Helena respondeu que, assim como está pronta para ir à rodoviária de Brasília ou a uma feira de Maceió em busca de militantes, estará pronta para ta-

refas mais exigentes.

Os deputados Luciana Genro e João Batista Babá informaram que agora serão publicados no *Diário Oficial da União* o programa e o estatuto do Partido do Sol, iniciando-se em seguida a busca de filiações.

Logo após a entrevista, Heloísa anunciou ao Plenário do Senado o lançamento do novo partido.

## Simon pede socorro para refinarias privadas

Pedro Simon (PMDB-RS) leu em Plenário ofício enviado ao presidente Lula em que a bancada gaúcha pede providências do governo para a crise por que passam as refinarias privadas. No documento, os parlamentares afirmam que a Refinaria Ipiranga, situada no porto do município de Rio Grande, "já reduziu em 40% a sua produção e aproxima-se do risco de suspender definitivamente suas operações".

Ainda de acordo com o documento lido pelo senador, são enumeradas as seguintes sugestões de medidas a serem tomadas em caráter de urgência: a aquisição de petróleo, pelas refinarias, pelo valor correspondente aos preços das vendas dos subprodutos no mercado interno; utilização da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) para o ressarcimento de perdas das refinarias privadas; e prestação de serviços dessas empresas à Petrobras.

O senador relatou a saga da Ipiranga, desde a década de 30, e anunciou que a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, receberá hoje a diretora-presidente do Grupo Ipiranga, Elizabeth Tellechea. Segundo Simon, parte do equipamento da empresa já está paralisada, mas sua diretoria insiste em não encerrar as atividades.



Roosevelt Pinheiro

**MEDIDAS** Simon destaca sugestões para enfrentar crise das refinarias privadas

## Ideli afirma que país está no rumo certo para crescer

**Líder do PT apresenta pesquisa da Fundação Getúlio Vargas que mostra otimismo da população**

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), disse que o país está no rumo certo para o crescimento sustentado e criticou os discursos pessimistas que ouve diariamente no Senado. "Alguns discursos que se fazem aqui, neste Plenário e pela TV Senado, nos fazem ter vontade de sair por aí arrancando os cabelos, dão a falsa idéia de que estamos à beira do caos, o que está longe de ser verdade", afirmou a senadora.

Ideli apresentou uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV) que mostra o otimismo da população brasileira, principalmente dos mais jovens e esclarecidos.



Moreira Matiz

**DESENVOLVIMENTO** Ideli crê que em breve a economia poderá crescer 7% ao ano

— A maioria acredita em crescimento econômico, acredita que a situação do país está melhorando — assinalou.

A senadora leu manchetes de jornais do fim de semana para comprovar que não há razão para pessimismo. Citou as manchetes do jornal *Valor Econômico*, "Risco Brasil desaba e mostra novo viés", e do *Estado de S. Paulo*, "País mais forte

contra risco externo". Ideli lembrou ainda que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) dispõe de dinheiro para financiamento de empreendimentos no total de R\$ 47 bilhões, contra R\$ 33 bilhões no ano passado. Para 2005, estão previstos 60,8 bilhões.

A líder do PT previu também que a economia poderá crescer brevemente a uma média de 7% ao ano, o que não acontece desde o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), do ministro do Planejamento João Paulo Reis Velloso, no governo Ernesto Geisel.

Ideli citou ainda os convênios da Caixa Econômica Federal, que, segundo ela, vão garantir mais investimentos na construção civil e no saneamento básico. Apartearam a líder do PT os senadores Roberto Saturnino (PT-RJ) e Ramez Tebet (PMDB-MS).

## Alvaro: tesoureiro admite caixa dois na eleição de Lula

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) sustentou da tribuna que as declarações do tesoureiro do PT, Delúbio Soares, mostram que houve caixa dois no financiamento da campanha do candidato Luiz Inácio Lula da Silva. De acordo com a revista *Veja*, os laboratórios doaram R\$ 1,5 milhão, mas a prestação de contas ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) registra apenas R\$ 700 mil, destacou o senador.

Alvaro Dias lembrou que Laerte de Arruda Correia Jr. — um dos acusados na Operação Vampiro da Polícia Federal, que desbaratou uma quadrilha que agia no Ministério da Saúde — atuava junto aos laboratórios, para que fizessem doações ao

Partido dos Trabalhadores.

Depois de ter percorrido várias regiões do Paraná nesse fim de semana, o senador disse que ficou revoltado "com a insensibilidade" do governo federal e do governo paranaense. "Enquanto os vampiros assaltam os cofres da Saúde, por todo o país são fechados hospitais, sob a alegação de falta de dinheiro." Ele citou o fechamento da Santa Casa de Misericórdia da cidade de Paranaguá (PR), enquanto a Santa Casa de Londrina (PR) fechou seu pronto-socorro. Mais de 120 pequenos hospitais do estado estão ameaçados de encerrar suas atividades por falta de recursos, denunciou.

Alvaro considerou inaceitá-



Moreira Matiz

**CRÍTICA** Alvaro Dias aponta insensibilidade dos governos federal e do Paraná

vel que no norte do Paraná, em Santo Antônio da Platina, tenha sido inaugurado pelo governo no ano passado um hospital moderno, mas até agora sem condições de funcionamento por falta de recursos.

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) apoiou Alvaro Dias.



Roosevelt Pinheiro

**DE VOLTA** Ney Suassuna faz relato de viagem à Suíça em missão parlamentar

## Suassuna se espanta com violência no Brasil

Como vice-presidente do grupo parlamentar Brasil-Suíça, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) travou contato nos últimos dias com uma realidade de equilíbrio nas relações econômicas e sociais. Ao voltar da Suíça, onde discutiu temas como a tributação, ficou chocado com a ocorrência de três assaltos na Paraíba, um estado outrora tranquilo.

Depois de apresentar um relato de sua viagem oficial à Suíça, o senador lamentou a escalada da violência, que ganha novas praças e mantém assustada a população de regiões tradicionalmente assoladas pelo crime. Ele se disse espantado com as notícias a respeito de esquadrejamentos.

— Antes só se falava em esquadrejamento quando era contada a história de Tiradentes. Agora é comum que um bandido diga que jogou futebol com a cabeça do seu oponente — observou Suassuna.

Além das preocupações de cunho humano, o senador alinhou também argumentos de natureza econômica para condenar o quadro de criminalidade. Segundo ele, assaltos e mortes atrapalham o desenvolvimento de uma forte indústria turística no Brasil. Suassuna criticou ainda a falta de recursos para a polícia, que carece de armamentos e veículos.

# Senadores alertam o governo para dificuldade na aprovação do mínimo

Em pronunciamentos feitos ontem, no Plenário, Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos, José Agripino e Almeida Lima afirmaram que o reajuste do salário mínimo para R\$ 260, conforme estabelece medida provisória (MP 182/04), em exame na Casa, não será aprovado pelos senadores.

Paim disse que há recursos federais para se conceder uma remuneração maior, enquanto Eduardo anunciou

que seu partido, o PSDB, vai lutar pelo valor de R\$ 275. Agripino informou que países mais pobres que o Brasil têm um piso salarial mais elevado. E Almeida Lima destacou que a Casa estabelecerá um salário digno para o trabalhador brasileiro.

Hoje, a partir das 8h30, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, defenderá a aprovação da MP em reunião com os senadores que apóiam o governo.



**EMPENHO** Antonio Palocci discute hoje a votação da medida provisória no Senado

## PAULO PAIM



Fotos: Rosevelt Pinheiro

### Há dinheiro para se conceder um reajuste maior

Para o senador Paulo Paim (PT-RS), o salário mínimo de R\$ 260, já aprovado na Câmara, não será aceito no Senado. Segundo ele, já ficou provado que o governo dispõe de recursos para um reajuste maior, com a receita adicional de R\$ 7 bilhões da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e o excedente de arrecadação da ordem de R\$ 3,5 bilhões.

Paim lembrou que já se passou um mês da edição da medida provisória (MP) do salário mínimo, e até hoje sua tramitação não terminou. Desde que foi criado por Getúlio Vargas, na década de 40, essa é a primeira vez que se chega ao meio do ano sem definição do valor do mínimo, observou.

Ele afirmou que não o intimidam as ameaças de que todos os seus projetos terão a tramitação sustada caso continue a lutar por um valor maior para o mínimo. Entre seus projetos estão o Estatuto da Igualdade Racial, o que reduz a jornada de trabalho para 40 horas e o do Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência. “Quem obstaculiza sua tramitação rápida está investindo contra a própria população brasileira.”

## EDUARDO S. CAMPOS

### PSDB defende piso nacional de R\$ 275

“Nesta Casa, um mínimo de R\$ 260 não passa”, afirmou o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) ao anunciar o compromisso do seu partido de lutar por um piso nacional de R\$ 275. Ele enfatizou que o Senado não vai referendar a decisão da Câmara, que aprovou sem mudanças, na semana passada, a medida provisória que eleva o salário mínimo de R\$ 240 para R\$ 260.

– Depois do que aconteceu na Câmara, acredito que o governo irá impor R\$ 260, embora o PSDB esteja disposto a negociar – acrescentou o parlamentar.

Segundo Eduardo, essa negociação envolve não apenas os R\$ 15 a mais, “que fazem grande diferença para quem paga transporte coletivo”, mas também a construção de um calendário para desobstrução da pauta de votações do Senado.

Após garantir que “o PSDB não vai dar prejuízo aos trabalhadores”, o senador do Tocantins advertiu as lideranças governistas de que não percam tempo tentando mudar a sua posição. Ele disse que respeitará quem decidir aprovar um mínimo de R\$ 260, preferindo essa postura à ausência na votação da matéria.



## JOSÉ AGRIPINO



### Faltam propostas ao Partido dos Trabalhadores

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), também garantiu, em discurso no Plenário, que a medida provisória sobre o novo valor do salário mínimo não será aprovada pelo Senado. Ele disse que faltam propostas ao Partido dos Trabalhadores.

Agripino afirmou que o salário mínimo fixado pelo Executivo equivale a US\$ 86, e informou o valor que é pago em países mais pobres do que o Brasil. Segundo o senador, a Colômbia tem um mínimo equivalente a US\$ 150; a Costa Rica, US\$ 347; a Argentina, US\$ 122; El Salvador, US\$ 154; Honduras, US\$ 113; Venezuela, US\$ 156; e Chile, US\$ 250.

José Agripino citou as razões, apontadas em matéria da revista *IstoÉ*, por que não acontece o “espetáculo do crescimento” prometido pelo presidente Lula: taxa de juros exageradamente alta, embora em queda; risco Brasil elevado; carga tributária absurda e que só faz aumentar; capacidade de absorção de crises nota zero; base parlamentar que não é nem sólida nem líquida, mas gasosa; e salário mínimo ridículo, que não garante mínimas condições de sobrevivência aos brasileiros mais pobres.

## ALMEIDA LIMA

### Alegações do governo são injustificáveis

Numa análise do reajuste do salário mínimo, o senador Almeida Lima (PDT-SE) afirmou não haver nada que justifique a quantia de R\$ 260 concedida pelo governo. A única explicação para essa cifra seria reconhecer, a seu ver, como verdadeiro o perfil do novo Luiz Inácio Lula da Silva, que, “de um simples operário, que representava a esperança do povo brasileiro, se transforma agora num pequeno burguês, que se meia a desesperança”.

Afirmando que “essa postura de traição” não poderia ser esperada do atual governante, Almeida Lima anunciou sua certeza de que o Senado não aprovará a proposta do governo. Para ele, a Casa, sobretudo a oposição, existe, entre outras finalidades, para alertar o governo sobre a injustiça de um salário tão pequeno.

– Tenho certeza de que o Senado se fará ativo, se fará grandioso, se apresentará diante da sociedade brasileira resgatando a condição digna da classe política, dizendo não aos R\$ 260 e estabelecendo um salário digno para o trabalhador brasileiro. São injustificáveis as alegações de que o governo só tem possibilidade de conceder esse valor.



## Palocci debate MP com base governista

O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, vai debater hoje com os senadores da base do governo, a partir das 8h30, o valor do novo salário mínimo. O encontro foi anunciado na semana passada, em Plenário, pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

Palocci defende a aprovação, pelo Senado, da medida provisória (MP 182/04) que fixa em R\$ 260 o valor do salário mínimo. A matéria já foi aprovada pela Câmara dos Deputados.

## Jucá elogia transporte rodoviário

O senador Romero Jucá (PMDB-AP) elogiou o trabalho realizado pela Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros (Abrati), que reúne as companhias de ônibus que fazem rotas intermunicipais e interestaduais no Brasil.

– As ferrovias de transporte de passageiros praticamente desapareceram, as passagens aéreas são muito caras para o brasileiro comum, o que torna as empresas de ônibus responsáveis por 95% dos deslocamentos intermunicipais e interestaduais do país – disse o senador.

Romero Jucá acrescentou que só o setor de transportes interestaduais gera cerca de 70 mil empregos diretos em suas 200 empresas. “São empresas que movimentam 14 mil ônibus e possuem faturamento anual de R\$ 1,7 bilhão.”

Apesar da importância do setor, os empresários de ônibus recebem, segundo afirmou, pouco apoio e atenção do governo, o que vem se refletindo no declínio lento, mas constante, do número de passageiros transportado e na queda progressiva do faturamento das empresas.



Moreira Mariz

**CRÉDITO** Sibá observa que recursos contratados por agricultores têm crescido

## Sibá elogia eficiência do governo no campo

Num balanço da atuação do governo Luiz Inácio Lula da Silva no campo, o senador Sibá Machado (PT-AC) disse que as ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário demonstram que, mesmo sendo 17 meses um tempo escasso para reverter prioridades, os organismos vinculados à agricultura familiar têm-se tornado capazes de potencializar um conjunto de instrumentos para valorizar essa agricultura como agente econômico.

– As ações desenvolvidas vêm resultando no significativo crescimento do montante de recursos contratados em todos os grupos e modalidades de crédito – assinalou.

Segundo o senador, as medidas tomadas pelo governo no programa Fome Zero e para a comercialização de produtos da agricultura familiar traduzem eficiência na alteração do quadro recebido do governo anterior.

Sibá disse que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) encaminhou à Secretaria do Tesouro Nacional autorização para o lançamento de mais de R\$ 41,8 milhões em títulos da dívida agrária (TDAs).

Ele explicou que os recursos se referem à desapropriação de 15 imóveis em oito estados e no entorno do Distrito Federal.

# Hélio Costa quer discutir um novo pacto federativo

■ Senador afirma que medida poderia estabelecer melhor distribuição dos recursos arrecadados

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) defendeu a discussão de novo pacto federativo que estabeleça uma melhor distribuição dos recursos arrecadados no país. Ele afirmou que os estados brasileiros foram prejudicados com a renegociação de suas dívidas com a União e citou o caso de Minas Gerais, que compromete todos os meses 13% de tudo o que arrecada para pagar um débito que, na sua avaliação, nem sequer deveria estar sen-



Moreira Mariz

**EXEMPLO** Hélio Costa cita Minas como um dos estados mais prejudicados pela atual política

do cobrado.

– É importante que possamos, imediatamente após o recesso, fazer uma nova discussão do pacto federativo, de maneira que os estados possam participar um pouco mais do

bolo tributário. Desde 1998, quando renegociou seus débitos, Minas Gerais vive uma situação de inviabilidade econômica. Qualquer estado que tenha que gastar 13% de tudo o que arrecada para pagar dívidas enfrenta dificuldades – afirmou Hélio Costa.

Segundo o senador, a situação dos municípios não é diferente. Citando editorial do jornal *Estado de Minas*, Hélio Costa informou que as cidades mineiras estão com suas arrecadações reduzidas a cada mês. Ele registrou que, no ano 2000, os 853 municípios mineiros receberam 2,55% das receitas do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Em 2003, essa participação caiu para 2,51%.

## ACM diz que cerimonial não avisou governador sobre viagem de Lula

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) protestou contra o que classificou como “falta de educação política” do cerimonial da Presidência da República. Ele contou que, na sexta-feira (4), foi informado por um subordinado do cerimonial sobre a viagem que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez ontem a Salvador para inaugurar o primeiro posto do programa Farmácia Popular, do Ministério da Saúde.

– Mandei minha assessora parlamentar responder que eu não iria porque tinha outros compromissos. Tenho obrigações aqui no Senado. Mas o governador não foi sequer comunicado da viagem. Isso é inacreditável. É falta de educação política. Não se pode esperar uma educação esmerada do presidente Lula porque ele não teve. Mas, da sua assessoria e desse



Roosevelt Pinheiro

**GAFE** ACM protesta contra “falta de educação política” do Itamaraty e do Planalto

tal de Itamaraty, sim – afirmou o senador.

Ele disse que este não é o momento adequado para prestigiar o ministro da Saúde, e quem vai administrar o programa da Farmácia Popular é a organização não-governamental *Ágora*, presidida pelo empresário e amigo de Lula Mauro Dutra. A ONG está sendo investigada pela utilização de notas

frias para justificar gastos de recursos públicos.

Para o senador, é preciso aguardar os resultados das investigações da Polícia Federal e do Ministério Público na Operação Vampiro. Ele ainda chamou atenção para a incoerência de se instalar uma Farmácia Popular dentro do Hospital Irmã Dulce, explicando que o hospital já dá gratuitamente remédios aos pobres e a Farmácia Popular vai vendê-los.

O senador também alertou a Mesa sobre possível manobra da base do governo para proteger a votação do salário mínimo. Segundo ACM, a manobra pretende evitar que a medida provisória que fixou o reajuste para R\$ 260 seja votada no dia certo e acobertar a “covardia” daqueles que não querem mostrar publicamente seu voto alegando viagem para se ausentar.



Roosevelt Pinheiro

**MODELO** Tourinho: estado é exemplo de reforma agrária e de combate à pobreza

## Tourinho destaca avanços nos governos do PFL na Bahia

Ao comentar que a Bahia tem alcançado avanços significativos ao longo de quatro administrações consecutivas do PFL, o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) citou como exemplo o fato de o estado ter sido escolhido pelo Banco Mundial como modelo de combate à pobreza.

– A Bahia tem sido um exemplo em reforma agrária, na execução de programas sociais e na indução do crescimento econômico no estado com a realização de projetos e atração de investimentos que têm gerado emprego e renda para nossa população – afirmou Tourinho.

Na área social, o senador registrou que, em conferência promovida recentemente pelo Banco Mundial em Xangai, na China, apenas três programas sociais do Brasil foram selecionados: o Bolsa-Família, do governo federal, e os programas Crédito Fundiário e Produzir, ambos do governo baiano.

Segundo o senador, esses programas do governo baiano continuam a produzir resultados. Ele informou que a última conquista foi o acordo com o grupo alemão Continental, o segundo maior produtor de pneus da Europa e o quarto do mundo, que instalará uma fábrica no estado, projeto estimado em US\$ 270 milhões.

## Capiberibe defende manutenção do pão nas feiras da Amazônia

O senador João Capiberibe (PSB-AP) defendeu ontem a manutenção do uso do pão, cesto feito da tala de arumã e muito utilizado em feiras e mercados da Amazônia para o transporte de produtos agrícolas e pescado. O parlamentar destacou que a existência do pão está ameaçada pela

Instrução Normativa 9, que estabelece regras para embalagem e rotulagem de alimentos comercializados em feiras em todo o país.

João Capiberibe informou que representantes do Ministério da Agricultura, da Vigilância Sanitária, do Instituto Nacional de Metrologia, Nor-

malização e Qualidade Industrial (Inmetro), da Central de Abastecimento S/A (Ceasa) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) participaram de encontro técnico sobre embalagem e rotulagem para discutir como evitar a proibição dos pães em feiras do Pará.

O senador explicou que o pão é usado no Pará desde o século 18 e que sua proibição implicará o desemprego de milhares de artesãos. “Circulam pela Ceasa cerca de 8 milhões de pães por ano e 41% dos produtos comercializados são embalados com pães”, observou Capiberibe.



Moreira Mariz

**DESVANTAGENS** Capiberibe lembra que proibição poderá levar milhares ao desemprego

**LDO** O deputado Paulo Bernardo, presidente da Comissão Mista de Orçamento, anuncia que o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias começa a ser discutido no próximo dia 22. A lei, que define as prioridades do governo, terá de ser votada até dia 30 de junho

### TCU está investigando 78 obras do governo

Desde 1997 o Tribunal de Contas da União (TCU) realiza anualmente levantamentos nas obras federais, já tendo vistoriado quase 2 mil obras públicas contempladas no Orçamento da União. O mais recente relatório elaborado pelo TCU foi entregue pelo presidente da corte, Valmir Campelo, aos presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, em setembro de 2003.

O estudo indica que, das 381 obras públicas vistoriadas e as 40 que estavam em processo de fiscalização pelo TCU em 2003, 88 apresentam irregularidades consideradas graves pelos auditores. De acordo com levantamento do tribunal, o número de obras sob investigação (em fase de fiscalização ou levantamento de informações), este ano, já soma 78.

Em 2003, uma em cada 4,3 obras que receberam recursos federais tinha problemas que vão desde a contratação por meio de licitações viciadas (30% do total de obras irregulares) até superfaturamento (20%), passando por alterações indevidas nos projetos (10%). Para o Tribunal de Contas da União, R\$ 3 bilhões do total de R\$ 14 bilhões destinados no Orçamento do ano passado estavam comprometidos pelas irregularidades.

O ministro Valmir Campelo disse, à época, que a orientação do tribunal para a Comissão Mista de Orçamento era de que os recursos destinados a 23,1% das obras com problemas deveriam ser suspensos imediatamente. As demais poderiam prosseguir, desde que seus responsáveis corrigissem os desvios.

Tendo em vista o alto número de obras federais com indícios de irregularidades graves, a Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) do Senado ouviu o presidente do Tribunal de Contas em audiência pública.

## Diretrizes orçamentárias para o próximo ano já têm 2.525 emendas

■ Presidente da CMO, deputado Paulo Bernardo anuncia que projeto começa a ser discutido no dia 22

O relator escolhido pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) para a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2005, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), terá que analisar 2.525 emendas apresentadas pelos parlamentares à matéria, antes de apresentar o seu relatório, até o próximo dia 17. O novo prazo foi fixado na última reunião da comissão, que é presidida pelo deputado Paulo Bernardo (PT-PR). Ele anunciou que o projeto vai começar a ser discutido no dia 22. De acordo com a Constituição, a LDO tem que ser votada pelo Congresso até o dia 30 de ju-



**PRAZO CURTO** Garibaldi tem menos de dez dias para examinar propostas à lei

nho, antes do início do recesso de julho. Sem a votação da lei até esse prazo, o Congresso Nacional não poderá ter o recesso do meio do ano.

Na LDO, o governo federal traça, em linhas gerais, seus planos para o próximo ano, os

investimentos em obras e projetos sociais, antecipando previsões sobre receita e despesas e sobre o cenário econômico. A questão do superávit primário (receita menos despesa excetuando o pagamento de juros), fixado em 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB) para 2005 e os anos seguintes, deverá ser um dos temas mais debatidos na comissão.

Ouvido no Senado há dez dias, o ministro do Planejamento, Guido Mantega, reiterou sua convicção de que o superávit é um ponto essencial para a continuidade da política econômica do governo. Para o ministro, a prioridade da LDO é o crescimento sustentável da economia, mas isso só será possível se o Brasil “continuar trilhando o caminho da responsabilidade fiscal”.

O ministro explicou que o superávit garante a confiança

dos investidores no país e reduz o risco Brasil, viabilizando a redução gradual da taxa de juros e da dívida brasileira e possibilitando que o Brasil retome o caminho do desenvolvimento.

– Se os investimentos produtivos são eliminados e o país não cresce, não tem infra-estrutura. Então, não adianta baixar a taxa de juros. É necessária uma harmonia dos indicadores econômicos – justificou o ministro Mantega.

Ao tomar posse como presidente da Comissão Mista de Orçamento, Paulo Bernardo advertiu que, “se deixarmos de ter essa credibilidade na política do governo, a economia corre o risco de se desorganizar”.

– Defendo exatamente o que o governo está fazendo e acho que esse é o caminho para crescer e dar o reajuste necessário ao salário mínimo – avaliou o deputado.

## Projeto de lei define metas e prioridades do governo

O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2005 (PLN 3/04) traz um anexo contendo as prioridades do programa de desenvolvimento do governo federal para os próximos anos. Ali estão contempladas as metas para reforma agrária, delineados os projetos sociais e os investimentos em habitação, saneamento, saúde, educação, energia, transportes e infraestrutura em geral.

Também estão no projeto todas as estimativas em relação aos principais indicadores macroeconômicos – números que sinalizam, para o mercado, o tipo de cenário com que o governo trabalha nos próximos anos. Assim, projeta-se um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de meio ponto percentual por ano no período 2004-2007, saltando de 3,51% para 5%.

A meta de inflação para 2005, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), é fixada em 4,5%, e em 4% nos dois anos subsequentes.

Prevê-se ainda que a taxa nominal de juros anual vai cair progressivamente dos 14,88% deste ano até 9,19% em 2007,



Fonte: Consultorias de Orçamento da Câmara e do Senado

### Destaques da proposta

- Assentamento de **115 mil** famílias
- Favorecimento de **8,7 milhões** de famílias com o programa Bolsa-Família
- Subsídio à habitação de interesse social, urbanização, regularização e integração de assentamentos precários
- Saneamento urbano e rural
- Melhoria da qualidade de atendimento e ampliação do acesso da população aos medicamentos
- Combate ao analfabetismo, valorização dos professores, melhoria da qualidade do ensino e garantia da permanência das crianças, adolescentes e jovens na educação básica
- Manutenção e ampliação das áreas livres de doenças e pragas
- Diminuição das restrições externas, no curto prazo, e equacionamento do desenvolvimento de atividades-chave, no médio e longo prazos
- Implementação de projetos de energia, transportes e infraestrutura hídrica essenciais ao crescimento econômico e desenvolvimento social

assim como se estima ligeira desvalorização do real em relação ao dólar durante o período, com o câmbio flutuando de R\$ 3,19 em 2004 para R\$ 3,48 daqui a três anos.

No texto enviado pelo Executivo ao Congresso, está previsto que “a manutenção do ritmo de crescimento da economia iniciado no último trimestre de 2003 será alcançada, nos próximos anos, graças ao aumento da concessão de crédito, a recuperação das vendas no comércio, aumento das exportações (16,25%) e do poder de

compra da população”.

Na LDO para o próximo ano, o governo anuncia uma arrecadação de R\$ 433,3 bilhões em 2005 (23,88% do PIB), apostando no crescimento real da economia em 4%, conforme suas próprias previsões.

Em compensação, o anexo de metas fiscais enviado com o projeto indica que as despesas primárias deverão totalizar R\$ 388,9 bilhões. Segundo a nota técnica conjunta elaborada pelas Consultorias de Orçamento do Senado e da Câmara, esta última previsão é muito otimista,

pois se registra “tendência acentuada, nos últimos anos, de aumento das despesas com subsídios, previdência social e pessoal”.

De todo o modo, o Executivo demonstra, na LDO, que aposta na criação de um cenário com maior crescimento econômico e queda da taxa real de juros, que, aliados à manutenção do superávit fiscal em 4,25% do PIB entre os anos de 2005 e 2007, seriam suficientes para reduzir a relação dívida pública/PIB, dos atuais 57,5% para cerca de 53%.



**AUDIÊNCIA** Sarney (segundo à direita) discute o assunto com professora de Harvard e vice-reitor da Unilegis

## Interlegis pode aderir a rede mundial para troca de informações legislativas

O Parlamento brasileiro deverá aderir a uma rede virtual montada para viabilizar a troca de informações legislativas em nível mundial. O assunto foi tratado ontem em audiência do presidente do Senado, José Sarney, com a professora Emily Schaffer, da Universidade de Harvard (EUA); o jornalista Caio Túlio Costa, do Instituto DNA Brasil; e o vice-reitor acadêmico da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis), Heitor Gurgulino de Souza.

Por meio de convênio envolvendo a Universidade de Harvard, o Instituto DNA Brasil e a Universidade de Campinas (Unicamp), o programa Interlegis, criado para integrar o Legislativo nas esferas federal, estadual e municipal, deverá se conectar à rede *e-parliament*. "Trata-se de um fórum virtual

de discussão dos assuntos de interesse comum dos legislativos", explicou Emily Schaffer.

De acordo com Heitor Gurgulino, o presidente do Senado, que é reitor da Unilegis, mostrou-se receptivo à proposta de integração do Legislativo brasileiro a essa rede virtual mundial. A proposta é que a iniciativa não fique restrita aos legisladores, conforme assinalou Caio Túlio Costa, devendo ser acessada por qualquer cidadão interessado ao poder público.

### Seminário

Visando à apresentação e discussão de experiências, nacionais e estrangeiras, sobre educação a distância, teve início ontem o Seminário Internacional de Educação a Distância (EaD), no auditório do Interlegis. Promovido pela Unilegis, o

evento contará com a participação de especialistas brasileiros e estudiosos da Austrália, Espanha, França e Inglaterra.

Representando o senador Romeu Tuma (PFL-SP) na solenidade de abertura, o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, falou sobre as mudanças ocorridas desde 1995 no processo de informação e qualificação profissional do Senado. Na primeira sessão, presidida por Rogério Tuma, do Ensino.Net, o economista Cláudio de Castro, do Sistema Pitágoras de Belo Horizonte, falou sobre a escolha da tecnologia correta para o ensino a distância. Também participando da mesa, Heitor Gurgulino proferiu a palestra "A Unilegis e seus objetivos: a Educação a Distância". O seminário prossegue hoje e se encerra amanhã, às 11h15.

## Conselho de Comunicação Social faz balanço

Às vésperas de completar o segundo ano de funcionamento, o Conselho de Comunicação Social, órgão de assessoramento do Congresso Nacional, realizou ontem uma avaliação crítica do seu papel.

O conselheiro Alberto Dines ressaltou o caráter de fórum privilegiado do conselho, por dispor de todos os equipamentos de exposição pública postos ao alcance do Congresso, mas ressaltou que considera "uma falha grave da Mesa do Senado não ter convocado o colegiado a manifestar-se sobre o crédito especial a ser aberto pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) às empresas de comunicação".

O Conselho de Comunica-

ção, afirmou Dines, também tem obrigação de se manifestar sobre o conflito de interesses representado pelos parlamentares que são ao mesmo tempo proprietários de empresas de comunicação eletrônica, e, portanto, privilegiados por uma concessão pública. Dines também sugeriu que o conselho inicie as discussões para a criação de uma agência reguladora, cuja inexistência, segundo ele, é responsável direto pelo estado e qualidade da produção audiovisual no Brasil.

O diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado, jornalista Armando Rollemberg, reconheceu que há um fosso enorme entre o conselho que inicialmente se pretendia instituir e o que foi aprovado.

O presidente do conselho, José Paulo Cavalcanti Filho, referiu-se ao jornalista – que já presidiu a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) – como "uma testemunha viva dos debates que precederam a criação do conselho", por ele ter participado de todas as etapas do processo.

### TV a cabo

O superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Ara Pkar Minassian, fez uma exposição sobre a consulta pública realizada para regulamentação da TV a cabo. A Comissão de TV a Cabo, que funciona no âmbito do conselho, deverá se pronunciar sobre a consulta em reunião marcada para o dia 22.

# Viana: uso de células-tronco requer equilíbrio

■ Em debate na Rádio Senado, parlamentar diz que Congresso deve encontrar o "caminho do meio"

Entre a ansiedade de doentes e cientistas e as ponderações de religiosos, o Congresso terá a responsabilidade de encontrar uma saída que preserve o direito à vida saudável e as implicações éticas dos tratamentos com base na mudança de genes. Essa é a conclusão a que chegou ontem o senador Tião Viana (PT-AC) durante debate realizado no programa *Conexão Senado*, da Rádio Senado, sobre o uso de células-tronco de embriões humanos no tratamento de doenças genéticas e degenerativas.

– Temos de achar o caminho do meio – disse Viana, que apresentará proposta para criação do Conselho Nacional de Bioética para as Ciências da Vida.

Também presente ao debate, a diretora do Centro de Estudos do Genoma Humano da Universidade de São Paulo (USP), Mayana Zatz, é favorável ao uso



**SUGESTÃO** Tião Viana propõe a criação do Conselho Nacional de Bioética para as Ciências da Vida

das células de embriões não utilizados em processos de fertilização artificiais. Ela argumenta que esses embriões serão em algum momento descartados e que as células-tronco dessa fonte têm mais chance de se diferenciar em todo o tipo de tecido humano, facilitando a regeneração.

Outro debatedor, frei Antônio Mozer, presidente da Editora Vozes, ressaltou que é preciso refletir mais sobre o tema, a fim de que o "mistério da vida" não seja violentado e que interesses comerciais não prevaleçam sobre o interesse da sociedade.

## Senador relata salvamento de indigenista por Forças Armadas

Tião Viana (PT-AC) registrou ontem a operação de salvamento em plena selva amazônica, no domingo, sob o comando das Forças Armadas, do indigenista José Carlos dos Reis Meirelles Júnior, da Fundação Nacional do Índio (Funai). Segundo o senador, José Carlos, que atua há 18 anos na base de proteção do Envira, no Igarapé Xinane (AC), e protege três povos indígenas isolados, fora vítima de uma flechada.

Conforme o relato, Meirelles Júnior entrou em contato, via rádio, com Viana, que comunicou imediatamente o fato ao ministro da Defesa, José Viegas Filho. Em apenas uma hora, informou o senador, o ministro organizou um socorro exemplar com uma equipe compos-

ta por onze pessoas.

– A absoluta sensibilidade do ministro da Defesa possibilitou uma das mais bonitas operações de salvamento na Amazônia e mostrou que as Forças Armadas têm muito a contribuir com o país – afirmou o parlamentar, que citou em seu discurso os nomes dos participantes da operação.

Conforme Tião Viana, a política do Departamento de Índios Isolados da Funai é de preservar o direito desses povos indígenas de permanecerem sem contato com os não-índios, pelo tempo que desejarem. Viana observou que, quando ocorre o contato, no período posterior de dois anos morre em torno de 70% da população indígena contatada.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos, Alvaro Dias e Efraim Morais e pela senadora Serys Slhessarenko